

Entrevista: Homero Mafra, presidente da OAB-ES

O primeiro grau do Judiciário capixaba está abandonado, e isso impacta diretamente a advocacia, que não consegue prestar seus serviços com a efetividade esperada. A crítica é do presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo, Homero Mafra.

OAB-ES



OAB-ES

"O Judiciário de primeiro grau no interior é uma miragem, um faz de conta", disse o advogado, sugerindo ainda que sejam feitos concursos públicos para integrar novos servidores ao Judiciário do ES e que o tribunal estadual inicie uma gestão efetiva, assumindo esse problema e lhe dando a atenção devida.

Leia a entrevista:

ConJur — Quais são os principais gargalos da advocacia em seu estado?

Homero Mafra — O principal gargalo é a desatenção do Tribunal de Justiça do Espírito Santo com o primeiro grau. É o esfacelamento da primeira instância no Espírito Santo. O Judiciário de primeiro grau no interior é uma miragem, um faz de conta. É preciso fazer concursos públicos e promover uma gestão efetiva, em que o tribunal perceba esse problema e dê a atenção devida.

ConJur — O que o senhor acha da investigação do Cade sobre a tabela de honorários da Ordem?

Homero Mafra — Um equívoco, uma tentativa de intimidar a advocacia e de imiscuir naquilo que o Cade não deve se imiscuir. Num país que tem grandes corporações como nós temos, que tem grandes escândalos, o Cade podia trabalhar nisso.

ConJur — Quais os efeitos da reforma trabalhista para os escritórios de advocacia?

Homero Mafra — A grande questão da reforma trabalhista é que ninguém foi ouvido. Foi um pacote jogado em cima da população e da advocacia. Existem alguns pontos que são positivos em termos processuais, mas é preciso esperar um pouco para sabermos quais serão seus efeitos.

ConJur — O Ministério Público do Trabalho tem competência para ir a bancas fiscalizar se a figura do associado está sendo usada para maquiagem a relação de emprego?

Homero Mafra —



Não é atribuição do Ministério Público do Trabalho fazer isso, mas é preciso que a Ordem também veja a exploração do advogado por parte de alguns grandes escritórios. É preciso que façamos uma autocrítica: nós estamos fazendo a fiscalização devida, estamos apurando a exploração da mão de obra de advogados por parte de alguns grandes escritórios? Há também uma deficiência da Ordem.

Esta entrevista integra uma série de conversas com os presidentes das seccionais da OAB. Leia as que já foram publicadas:

[Marcos Vinícius Jardim \(OAB-AC\)](#)

[Marco Aurélio Choy \(OAB-AM\)](#)

[Luiz Viana \(OAB-BA\)](#)

[Marcelo Mota \(OAB-CE\)](#)

[Juliano Costa Couto \(OAB-DF\)](#)

Date Created

06/01/2018